

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel.-----

-----Verificado o quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão.-----

----- Foi empossado o senhor deputado Nuno Miguel da Costa Araújo, o que tinha faltado ao ato de tomada de posse dos titulares dos órgãos municipais, que decorrido a 28 de outubro de 2013, na Sala 6 do Museu Municipal de Penafiel.-----

-----Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção do senhor deputado Ricardo Jorge Teixeira Duarte.-----

----- O senhor deputado, Ricardo Jorge Teixeira Duarte, do Grupo Municipal da coligação PSD/CDS-PP, apresentou pedido de justificação de falta, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição pelo senhor José Fernando Coelho Ferreira.-----

-----O senhor deputado substituto prestou o compromisso de honra perante a Assembleia.

-----O senhor 2º Secretário da Assembleia Municipal, procedeu à leitura da recomendação, propostas, moções, votos de louvor e voto de pesar entrados na mesa:-----

-----1 — Recomendação subscrita pelo Presidente da Junta de Freguesia da Eja, senhor António Manuel Guedes da Cunha, com o seguinte teor:-----

-----"RECOMENDAÇÃO-----

-----*As Juntas de Freguesia, enquanto alicerces do poder autárquico legitimamente eleito, sempre foram percursoras da defesa, promoção e salvaguarda dos interesses legítimos das suas populações, atributos estes tantas vezes potenciados pela colaboração e articulação com as respetivas Câmaras Municipais.*-----

-----*Esta colaboração e articulação ganha especial importância nos tempos que vivemos, nomeadamente, quanto aos efeitos nefastos que a crise económica tem provocado nas micro e pequenas empresas, dos mais variados segmentos económicos, muitos delas dependentes dos serviços que prestam às autarquias, em especial às Juntas de Freguesia.*-----

-----*Na sequência dos sucessivos cortes financeiros a que estas entidades têm sido sujeitas, desde há alguns anos a esta parte, muitas dessas empresas, fruto da dependência já referida, entraram em situação de desequilíbrio financeiro e, em muitos dos casos, viram-se forçadas a encerrar, lançando para*

Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

o desemprego, ou para o estrangeiro, muitas dezenas de cidadãos, em cada uma das freguesias deste Concelho, com o conseqüente impacto negativo, facto que originou a tomada de medidas, por parte do município, no sentido de amenizar muitas dessas situações de precariedade social. -----

-----Neste contexto, a Assembleia Municipal, reunida em 20 de Dezembro de 2013, recomenda à Câmara Municipal de Penafiel o reforço da colaboração e articulação com as Juntas de Freguesia do Concelho, majorando as transferências já existentes, proporcionando dessa forma um combate in loco à precariedade e ao desemprego." -----

-----2 — Moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU, com o seguinte teor: -----

-----"Moção Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2014 -----

-----Considerando que o Orçamento de Estado para 2014: -----

-----a) Conjugado com a nova Lei das Finanças Locais dele indissociável, acentua ainda mais redução da participação das autarquias nos recursos do Estado, redução esta brutal e absolutamente desproporcionada; -----

-----b) Reforça as medidas de tutela e de ingerência na gestão autárquica aprofundando o ataque à autonomia do Poder Local; -----

-----c) Prossegue e aprofunda a degradação dos rendimentos, das condições de trabalho e das prestações sociais dos trabalhadores das autarquias no quadro do violento ataque continuado aos trabalhadores da função pública ao serviço público e ao regime democrático tal como o caracteriza a Constituição da República; -----

-----d) Induz estagnação e degrada as condições de desenvolvimento de atividades económicas, contribuindo para o empobrecimento do concelho / freguesia e para o empobrecimento da população. ----

-----e) Visa limitar ou até negar direitos fundamentais como o acesso à saúde, à educação ou à proteção social. -----

-----f) Se constitui como um fator de aumento da exploração dos trabalhadores, da redução dos rendimentos dos reformados e de empobrecimento das famílias e ruína das PME's em benefício e proteção dos interesses dos grupos económicos e capital financeiro. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, delibera: -----

-----Repudiar o esbulho dos recursos que o Estado deve colocar à disposição das autarquias com vista à manutenção e melhoria das condições de vida em comunidade das populações nos domínios da competência exclusiva ou dominante dos seus órgãos; -----

-----Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores das autarquias e igualmente, para com todos os trabalhadores da administração pública, trabalhadores em geral, em especial para com os que perderam os seus empregos, reformados e pensionistas, cujas condições de vida e de trabalho se vêm progressivamente degradando e este Orçamento agrava; -----

Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

-----Reclamar medidas e políticas que desagravem a asfixia a que vêm sendo condenadas as micro, pequenas e médias empresas e os pequenos agricultores e camponeses, possibilitem e estimulem o crescimento económico e o desenvolvimento em geral; -----

-----Exigir o fim do ataque ao serviço público, da delapidação dos recursos e do património público, particularmente através da política ruinosa de privatização de tudo o que é público e rentável, como a água e saneamento, os resíduos sólidos urbanos, a ANA ou os CTT, entre outras empresas."-----

-----3 — Moção subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: --

-----"MOÇÃO-----

-----EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESIGNADA 'EN 15 - BENEFICIAÇÃO ENTRE PAREDES (KM 26+944) E A EN 106 (KM 29+444)'-----

-----Considerando que,-----

-----A Estrada Nacional 15 (EN15), compreende o troço de ligação entre o limite do concelho de Paredes e a Cidade de Penafiel, abrangendo o nó de acesso à A4.-----

-----Neste lance verifica-se um elevado volume de tráfego rodoviário, justificado por esta via servir de ligação entre o nó da A4 e a EN106 (que liga a cidade de Penafiel à zona Sul do Concelho). Acresce a esta circunstância o facto de, na sua área de influência, estarem instalados importantes equipamentos e infraestruturas aos quais, diariamente, se deslocam milhares de pessoas, nomeadamente:-----

----- Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa; -----

----- Zona Industrial de Penafiel n.º 1;-----

----- Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo;-----

----- Duas importantes superfícies comerciais (Pingo Doce e AKI) -----

-----O pavimento deste troço da EN15 apresenta-se num estado de degradação crítico, colocando em risco a segurança de quem circula nesta via. Conforme pode ser verificado no levantamento fotográfico em anexo, o traçado apresenta, em grande parte da sua extensão, profundas cavidades. As condições de conservação deploráveis da via, representam um elevado risco para automobilistas e transeuntes que, por força de não existirem alternativas, são obrigados utilizar diariamente a EN15. -----

-----A 12 de Fevereiro de 2010 a EP - Estradas de Portugal, S.A. procedeu à publicação em Diário da República o anúncio de procedimento (n.º9498/2010) para execução da empreitada designada "EN 15 - Beneficiação entre Paredes (km 26+944) e a EN 106 (km 29+444)". De acordo com o referido anúncio, esta empreitada prevê:-----

-----O projeto apresentado refere-se à beneficiação da EN 15 entre o limite do concelho de Paredes (km 26+944) e a EN 106, Rotunda de Senradelas (km 9+444), numa extensão de 2,5 km. -----

-----O lance em análise é constituído por dois troços distintos: os primeiros 400 metros fazem a ligação entre o limite do concelho de Paredes e o nó de acesso à A4, onde se mantém o perfil de uma via por sentido. O restante lance desenvolve-se a sul da A4 até às proximidades do centro urbano de

Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

Penafiel. O perfil a adotar será composto por duas vias por sentido, separador central e passeios laterais.

-----A empreitada visa fundamentalmente a melhoria do nível de serviço e de segurança incluindo a melhoria do sistema de drenagem, o reforço do pavimento através da aplicação de mistura betuminosa aberta, com betume modificado com borracha. Pretende-se dotar o traçado de características homogéneas, que permitam a perceção e a leitura da estrada, o enquadramento e a inserção na paisagem urbana envolvente. -----

-----O Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" (CDS-PP/PPD-PSD) entende que deve ser iniciada, com carácter de urgência, a empreitada supra designada, pelo que a Assembleia Municipal de Penafiel decide, na sua Sessão Ordinária de 20 de Dezembro de 2013 exortar o Senhor Presidente do Conselho de Administração da EP - Estradas de Portugal, S.A., a tomar os procedimentos necessários para desencadear a execução desta obra. -----

-----Mais decide, dar conhecimento da presente moção as entidades abaixo elencadas, exortando-as igualmente para, dentro das suas competências, diligenciar pelas medidas urgentes e adequadas ao início da execução da empreitada. -----

-----Ministro da Economia, ----- -- Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, BE e CDU, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária." -----

-----4 — Proposta subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"Proposta de devolução de I.R.S. de acordo com a Lei das Finanças Locais -----

-----Como é do conhecimento de todos os elementos deste órgão deliberativo, desde 2007, com a publicação da Lei das Finanças Locais (LFL) confere aos Municípios a possibilidade de devolver 5% (cinco por cento) do IRS cobrado a cada sujeito passivo com residência fixa no concelho de Penafiel. -----

-----Salienta-se que a referida Lei permite aos Municípios gerir a quantia liquidada e cobrada aos seus municípios, escolhendo a percentagem que pretende fazer incidir na referida cobrança que reverta para os cofres do município. -----

-----Em tempo de crise este mecanismo de cobrança poderá ser um fator importantíssimo no apoio social a todos os cidadãos do concelho de Penafiel, desonerando-os de mais um custo e permitindo-lhes aumentar, pela via da não cobrança, os seus rendimentos disponíveis. -----

-----É igualmente importante referir à escala regional e tendo em consideração a importância da competitividade territorial, o nosso município irá adquirir com esta medida uma nova vantagem competitiva. Em resultado disso poderemos almejar estancar a perda sucessiva de população para os concelhos vizinhos e mais do que isso inverter este ciclo negativo que há muito paira sobre nós. -----

-----Para que tal aconteça, a Câmara Municipal de Penafiel terá que, obrigatoriamente, comunicar à Administração Tributária e Aduaneira, até ao dia 31 de Dezembro de cada ano, indicando expressamente

Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

a percentagem a deduzir no I.R.S. - entre 0% e 5% - valor que não será cobrado em sede de liquidação de IRS. --

-----Em suma, o empobrecimento exponencial das famílias, a quebra abrupta dos salários através dos cortes que este governo despidoradamente vem impondo, as pensões a baixar para níveis até há pouco tempo impensáveis, esta proposta reveste-se de carácter imperativo para todos os representantes políticos, sendo, indispensável combater as elevadas carências que as famílias de Penafiel vêm sentido.---

-----Por outro lado;-----

-----Preocupa-nos também a saúde financeira da Câmara Municipal de Penafiel e o seu elevado passivo exigível. -----

-----Esta receita têm contribuído para que os fornecedores e outros credores do Município possam receber sobre os serviços que prestam, pese embora; os prazos médios de pagamento terem vindo a aumentar paulatinamente ao longo dos últimos anos. -----

-----Sendo a política uma ciência de equilíbrios, de ajuste das melhores opções para todos aqueles que serve, somos de parecer, que a redução da percentagem afeta aos cofres do Município deve ser gradual no sentido de permitir o acomodamento dessa quebra da receita para se encontrarem respostas alternativas para responder com eficácia às despesas e custos fixos e variáveis da atividade diária da edilidade. -----

-----Destarte, atendendo ao art. 20.9 "Participação variável no IRS" da Lei das Finanças Locais e considerando-se os ante expostos argumentos, vem o Partido Socialista apresentar a seguinte proposta: -

-----Que seja aprovada a devolução parcial de 1% do IRS liquidado do ano 2013 a todos os sujeitos passivos deste imposto residentes no concelho de Penafiel, cabendo aos cofres do Município os restantes 4%. -----

-----Que seja aprovado que a devolução parcial referente ao ano fiscal de 2014 a devolução a todos os sujeitos passivos do imposto residentes no concelho de Penafiel aumente para 2%, cabendo aos cofres do Município os restantes 3%. -----

-----Que seja comunicada à Administração Tributária e Aduaneira, por via eletrónica e por carta registada e com aviso de receção, até 31 de dezembro de 2013, a deliberação tomada.

-----Que esta proposta seja aprovada em minuta para efeitos de execução imediata."-----

-----5 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

----- A Associação Recreativa Novelense, através da sua Secção de Ténis de Mesa, obteve mais uma importante vitória entre muitas que tem colocado em evidência a consistência do trabalho desenvolvido há largos anos. -----

Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

----- Efetivamente, nos passados dias 21 e 22 de Abril de 2012, no Pavilhão Municipal Fernanda Ribeiro - Penafiel, a equipa de Cadetes Masculinos, formada pelos atletas Paulo Silva, António Malheiro, Miguel Branco, Pedro Martins, sagrou-se campeã 2011/2012. -----

-----Reconhecendo o mérito destes atletas e do excelente trabalho desenvolvido em prol do ténis de mesa pela Associação Recreativa Novelense, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida em 26 de abril de 2012, aprova por um voto de louvor a estes atletas e à referida Associação." -----

-----6 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.a a aprovação de um VOTO de LOUVOR pelos resultados alcançados a nível nacional e Internacional, pela Escola de Dança "Merenguita Dança de Salão". -----

-----Escola de Dança "Merenguita Dança de Salão" existe desde 2001 na cidade de Penafiel, sendo os responsáveis os professores Hugo Romano Rocha e Carla Pinto, naturais e residentes na cidade. -----

-----Competem a nível nacional e internacional desde 2005, destacando-se a presença em 2 campeonatos do mundo de medalhistas na cidade de Montreal, Canadá em 2008 e Hong Kong - China em 2009. Atualmente conta com 7 pares de atletas na competição, nos escalões de juvenis, adultos e seniores. De 2005 a 2013, alcançaram 148 Pódios, dos quais 55 primeiros lugares, 52 segundos lugares e 41 terceiros lugares. -----

-----No ano de 2013 alcançaram 21 Pódios, dos quais 4 primeiros lugares, 10 segundos lugares e 7 terceiros lugares. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 20 de dezembro de 2013, endereça à Escola de Dança "Merenguita Dança de Salão" as nossas felicitações e votos de muitos sucessos."-----

-----7 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE PESAR -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.a a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 17 de novembro, da distinta Penafidelense, Professora Irene da Conceição Batista.-----

-----Irene da Conceição Batista nasceu na Vila da Feira a 17 de agosto de 1941.-----

-----Desde que se estabeleceu em Penafiel para lecionar nas escolas do 1º ciclo do Concelho, adotou a nossa terra como sua. -----

-----Professora ilustre trouxe para o Concelho e, em especial para a Freguesia de Penafiel, uma lufada saudável de valores sociais como a Fraternidade e o Amor ao próximo, pautada pela Solidariedade e a uma entrega aos ideais sociais, religiosos e democráticos. -----

Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

-----Exercia desde há muitos anos, voluntariamente, a função de apoio à paróquia de Penafiel.-----

-----Foi uma cidadã de corpo inteiro, democrata de sempre, mulher de reconhecidas qualidades humanas e cívicas, profundamente solidária e empenhada socialmente, solidariedade de que deu provas numerosas junto dos fregueses de Penafiel e não só, e de todos os Penafidelenses mais desfavorecidos. Punha no seu trabalho uma bondade e entrega extrema, sendo conhecida pelo ombro amigo onde os paroquianos e não só, recorriam em busca de conselhos, de uma palavra de alento e de uma ajuda pecuniária para fazer face a alguma necessidade emergente.-----

-----Mesmo na sua situação de aposentada, continuou a apoiar crianças com dificuldades de aprendizagem.-----

-----A morte da Professora Irene da Conceição Batista é uma perda irreparável para Penafiel, para as gentes da nossa terra e para a Comunidade Paroquial onde, integralmente, se entregou.-----

-----Todos nós percebemos a dor que nos traz uma morte prematura. Morreu uma amiga, uma grande referência de Penafiel e uma mulher boa e de bem, que fez da sua vida uma lição de independência, tolerância, humildade, partilha e amizade.-----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 20 de dezembro de 2013, endereça à família enlutada, as mais sentidas condolências.”

Posta à votação a admissibilidade das propostas apresentadas foram as mesmas aprovadas por unanimidade.-----

----- **Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que tinham verificado que para o ano de 2014, não tinham um aumento da tarifa da água mas tinham um aumento, muito discreto, pouco mediatizado de 16% da taxa de saneamento. Solicitou esclarecimentos relativamente a esse aumento do saneamento.

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Em nome da CDU, disse que não concordavam que as sessões da Assembleia Municipal fossem realizadas durante o horário de trabalho. Todos tinham responsabilidades profissionais, não eram profissionais da política, por isso propunha que as Assembleia Municipais fossem realizadas à noite ou ao sábado.-----

-----Chamou à atenção para o facto da Assembleia Municipal estar marcada para as 14 horas e que só começou já passava das 14h30. Agradecia que os horários fossem cumpridos, ou então que se marcassem horários que se pudessem cumprir.-----

-----Disse que a CDU tinha recebido dois documentos, um deles da senhora Ana Mirra – Arroios – Lisboa, sobre a questão do canil em Penafiel. Disse que era alguém ligado à associação da proteção dos animais, em que fazia algumas considerações, por exemplo, um cão eutanasiado não eram respeitados os

Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

oito dias que a Lei previa. A questão do laço, era preciso algum cuidado porque já cães de particulares tinham sido apanhados e depois tinha sido um problema para os retirar. Chamou atenção, porque nas mesmas condições podia uma criança ser apanhada. Disse que depois fazia chegar o documento que tinha recebido ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que possa tomar as medidas necessárias e que responda às preocupações das pessoas que estavam ligadas à proteção dos animais.-----

-----Também lhes foi solicitado para colocarem a questão sobre o parque do estacionamento do hospital. Disse que o parque era pago e havia pessoas que se queixavam que eram obrigados a ir ao hospital por diversas razões de saúde e em três horas pagavam mais de 4 euros, o que era um absurdo esse pagamento pelo estacionamento. Solicitou ao Executivo Camarário que intercedesse junto à Administração do Hospital sobre o preço do estacionamento no hospital. Também, o estacionamento no exterior, na variante que ligava à EN 15, gratuito, que estava em más condições devido ao movimento que tinha e sem iluminação. Disse que no inverno escurecia cedo e era perigoso para as pessoas que lá estacionavam os seus carros. Pediu que o senhor Presidente da Câmara resolvesse, também aquela situação. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Relativamente ao funcionamento da Assembleia Municipal, disse que a questão hora a que a mesma decorria no âmbito do regimento que estava para aprovação e por isso eram soberanos nessa matéria. -----

-----Disse que a proposta que tinham para discutir e votar sobre o Regimento, mas se os senhores deputados acharem que precisavam de mais tempo para verem essas questões, a mesa não fazia questão que fosse aprovado naquela sessão o seu regimento. Podia ser aprovado na próxima sessão, até porque tinha uma ordem de trabalhos bastante extensa e dará aos líderes das respetivas bancadas e aos senhores deputados para puderem amadurecer a questão do regimento. -----

-----Pediu aos senhores deputados que até chegarem a esse ponto da ordem do dia, consertassem em relação a esse assunto, se achassem que estavam em condições de votarem, votariam. Se achassem que podiam passar o assunto para outra sessão, a mesa não se opunha. -----

-----Relativamente à questão do início dos trabalhos, havia uma responsabilidade conjunta, que é a da mesa estar a tempo de poder dar inícios aos trabalhos e a dos senhores deputados estarem em número suficiente para que os mesmos pudessem iniciar. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Felicitou o senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa. Em nome do Partido Socialista desejou que o trabalho, na liderança daquele órgão, fosse mais profícuo do que nos mandatos anteriores. Solicitou que fosse inovada a forma de funcionamento da Assembleia Municipal, nomeadamente a sua informatização. Disse que tinha contactado o senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de se consensualizar o regimento da Assembleia



Municipal, era importante que esse assunto ficasse resolvido naquela sessão. -----

-----Em nome do grupo municipal do PS, felicitou o senhor Presidente da Câmara Municipal pela sua eleição, bem como os resultados eleitorais obtidos pela Coligação PSD/CDS-PP. Disse que por parte da bancada PS podia contar com uma oposição séria, construtiva e pró-ativa no sentido de dar contributos para melhorar as condições de vida dos penafidenses. Disse que o PS ia estar atento, à semelhança do que os elementos do PS tinham vindo a fazer ao longo dos últimos tempos, iam também fazer a fiscalização à cerca da atividade do executivo e das opções políticas que o mesmo tinha para os próximos anos, contextualizando naquilo que era a situação nacional e europeia que se deparava atualmente. Disse que não chegava dizer três chavões no discurso da tomada de posse, como coesão territorial, coesão social e competitividade territorial e depois não se refletir na prática, na ação do executivo. Era importante que o senhor Presidente da Câmara Municipal tivesse isso em consideração. Disse que não fazia sentido a Câmara Municipal apresentar um conjunto de medidas paliativas quando o Governo por outro lado estava permanentemente a dar machadadas nas pessoas e nas famílias e nas empresas e depois tinham que encontrar algumas medidas para colmatar as políticas de cortes sucessivos. Gostava que o senhor Presidente Câmara Municipal comentasse essas medidas que se refletiam no orçamento da autarquia, como os cortes e aumento de impostos; bem como os sucessivos chumbos do Tribunal Constitucional. Que punham em causa o atual Governo. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Disse que o EN 106 era algo muito complicado para se poder explicar à população que estava a sofrer com as consequências, porque não se construía uma via que tinha sido consensualizada na Assembleia da República em 2001. Já tinham sido feitas um conjunto de iniciativas, subscritas petições e mais que se estar a olhar para trás sobre aquilo que se tinha feito, sugeriu que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal consensualizar outro tipo de medidas que pusessem a nú aquilo que atualmente se passava naquela via, que tinha deixado de ser uma estrada e passado a ser um *cemitério*. Sugeriu que se colocassem placas à entrada e à saída, não como EN 106 mas sim Cemitério 106. Mais sugeriu que se fizesse publicidade e plantando cruces ao longo da via, porque cada uma das vítimas que ali vai pagando com o sangue o facto de a nível Central olharem para Penafiel de lado. Disse que não ficaria de bem com a sua consciência se não deixasse aquelas sugestões, porque ainda recentemente duas pessoas tinham perdido a vida. -----

----- A senhora deputada Mafalda Duarte: Disse que reforçava as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Eja relativamente à EN 106, porque no último mês, mais uma vez houve um acidente que ceifou a vida a mais uma cidadã de Penafiel. Nos últimos quatro anos registaram-se 573 acidentes, 235 feridos, 24 feridos graves e 7 mortos. Estava na altura de estabelecer como prioridade efetiva a segurança em toda a extensão da EN 106 que atravessava o concelho de Penafiel. Era o momento para o Executivo de fazer cumprir a bandeira que tanto se tinha vanguardalizado nos últimos



Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

anos, a bandeira da mobilidade para todos. Par o PS a mobilidade e acessibilidade era para todos os penafidelenses e não só para aqueles que circulavam no centro da cidade. Era também, urgente estabelecer como prioridade a segurança dos peões sobretudo nas artérias em que eram geradoras de mais movimentos pedonais, nomeadamente do à ligação do centro da cidade ao parque da cidade, ao hospital e á estação de caminho-de-ferro. Para além da moção que ia ser discutida, o PS gostava de conhecer quais as medidas corretivas e ações a desenvolver à inversão dos números dos acidentes da EN 106 e qual o plano de intervenção que o Executivo tinha, tendo em vista a segurança dos peões nas diversas vias do concelho de Penafiel. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Saudou a todos e disse que a responsabilidade de cada um dos eleitos nas funções para que foram eleitos era tão mais importantes quanto a oposição se manifestar com uma posição crítica, forte e construtiva porque só assim podiam elevar o nome de Penafiel. Que sejam todos merecedores dos votos dos penafidelenses para que em conjunto pudessem legar o nome de Penafiel mais longe e que fosse naturalmente um concelho mais próspero. Referiu que a Assembleia Municipal, para além de ser um órgão fiscalizador, era também um órgão de acompanhamento e parceria e de incentivo para que tudo corresse bem no concelho de Penafiel. Disse que o grupo municipal da Coligação "Penafiel Quer", queria acompanhar o sucesso do Executivo com propostas, ideias e sugestões. -----

----- Disse que estavam a Coligação, também estava preocupada com a situação da EN e esperava que o senhor Presidente da Câmara Municipal nas suas deslocações a Lisboa, junto do poder para exigir e incentivar o poder político instalado que de uma vez por todas deixassem de olhar para os grandes centros e se concentrem nas localidades mais a norte que precisavam muito do apoio para que os problemas da sinistralidade deixassem de acontecer. Cada sinistro e cada morte, que acontecia na EN 106, deixavam a todos muito preocupados, não podiam dormir sossegados enquanto esse problema não fosse resolvido. -----

— A senhora deputada Balbina Rocha: Disse que as obras de saneamento que estavam a ser executadas no concelho de Penafiel, provocavam danos mais ao menos relevantes nas vias de comunicação. Até ai era normal, mas já não era normal que as respetivas reparações das zonas danificadas não tivessem sido feitas de modo a deixarem as vias de comunicação na situação em que se encontravam anteriormente às referidas obras. Eram várias as zonas do concelho em que não tinha havido uma reparação eficaz. Ora, quando as reparações não eram feitas cuidadosamente as consequências não se faziam esperar. Com efeito, havia mesmo um caso a registar em que uma pessoa tinha fraturado um pé e andando um mês de canadianas. Para que o senhor Presidente da Câmara Municipal ficasse tranquilo, disse que a referida vítima não iria pedir qualquer indemnização à autarquia. Em todo o caso, solicitavam que o senhor Presidente interviesse junto dos respetivos empreiteiro, no sentido de procederem a uma intervenção mais cuidada nos acabamentos das obras que andavam a realizar. Referiu que na EN 591, no lugar de Santa Maria, freguesia de Valpedre, esteve ao longo de



Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

vários meses apenas com circulação numa faixa de rodagem devido a um desabamento. Porém o perigo continuava iminente e felizmente acabam por encerrar ambas as faixas. Naquele momento, a via já estava a ser recuperada, contudo chamavam à atenção do senhor Presidente para uma vigilância mais rigorosa e mais célere nas vias de comunicação do concelho de Penafiel, com vista a evitar situações de perigo e de transtorno para quem as utilizava. Desejou a todos os presentes e suas famílias um bom Natal e um ano de 2014 feliz. -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Desejou a todos os maiores sucessos para o mandato a que tinham sido eleitos. -----

-----Relativamente à questão das vias de comunicação, disse que o acesso à A4, junto às instalações da EDP, era um caso terrível de acidentes. Era um problema que já em tempos se tinha falado e que se continuava a arrastar. Era um acesso à auto estrada que conflituava em várias horas do dia, um tráfego imenso onde a velocidade era estonteante para quem vinha e encontrava carros defronte que vinham da estrada Lousada. Era um problema gravíssimo e era necessário que fossem tomadas medias sobre essa matéria. -

-----Disse que a Câmara Municipal em tempos, tinha vindo a desligar algumas lâmpadas de iluminação pública, as denominadas iluminarias, por causa dos excessos de custo que o consumo público acarretava para o encargo municipal. Com custo ou menos custo, a verdade é que as estradas das freguesias e da cidade tinham algumas lâmpadas a funcionar, ultimamente tinha vindo a reparar que muito antes das 7h da manhã a iluminação pública era desligada. Disse que era demasiado cedo, porque havia muitos cidadãos, entre os quais jovens que se deslocavam para as escolas, que tinham dificuldade em puderem aceder com alguma condição de segurança. Sendo a Câmara Municipal cliente da EDP e que decidia qual o horário de funcionamento da iluminação pública e sendo a Câmara credora de um valor que a própria EDP lhe atribuía pelo facto de explorar os recursos da concessão da iluminação pública, era bom que também pensasse na segurança dos cidadãos que era preocupante. -----

-----Disse que tinham sido feitas obra no Sameiro, e tinha sido construído um quiosque que já tinha sido ocupado pelo atual proprietário que já tinha estado instalado numa zona mais abaixo e cujo o quiosque estava localizado no enfiamento da rua e que supostamente era para demolir para que a rua ficasse com espaço suficiente de circulação. Disse que, se o concessionário do quiosque se tinha mudado para as novas instalações, não entendia porque é tinha voltado novamente para as instalações antigas que iam ser demolidas. Era estranha aquela situação porque a rua de baixo já por si só era bastante estreita e com o quiosque a funcionar naquele local, os cidadãos não tinham nenhuma segurança de circulação. Gostava de obter esclarecimentos sobre aquela situação. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra sobre recomendação subscrita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja ninguém se inscreveu. -----



Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

-----Posto à votação a recomendação subscrita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja, foi a mesma rejeitada com 29 votos contra e 22 a favor. -----


-----Declaração de voto do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Declarou a sua total concordância com a recomendação que tinha apresentado e disse que sendo assim tronava-se mais fácil de por em prática dado que uma boa parte dos senhores Presidentes de junta de Freguesia tinha renunciado à majoração das comparticipações para as juntas de freguesia. Disse que o que pretendia com a recomendação era fortalecer a colaboração já existente entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, salvaguardando-se financeiramente essa colaboração. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra sobre a proposta subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, "*Proposta de devolução de I.R.S. de acordo com a Lei das Finanças Locais*" inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que era uma proposta já apresentada na Câmara Municipal pelos senhores Vereadores do PS, apenas a tinham reformulado com os objetivos que pretendiam em tempo crise do empobrecimento exponencial das famílias, a quebra abrupta dos salários através dos cortes que este governo imponha, as pensões a baixar para níveis até há pouco tempo impensáveis, a proposta revestia-se de caráter imperativo para todos, sendo, indispensável combater as elevadas carências que as famílias de Penafiel estavam a sentir. -----

-----Propunham que o mecanismo de cobrança podia ser um fator importantíssimo no apoio social a todos os cidadãos do concelho de Penafiel, desonerando-os de mais um custo e permitindo-lhes aumentar, pela via da não cobrança, os seus rendimentos disponíveis. Propunham a devolução parcial de 1% do IRS liquidado do ano 2013 a todos os sujeitos passivos deste imposto, residentes no concelho de Penafiel, cabendo aos cofres do Município os restantes 4%, a devolução parcial referente ao ano fiscal de 2014 a devolução a todos os sujeitos passivos do imposto residentes no concelho de Penafiel aumente para 2%, cabendo aos cofres do Município os restantes 3%. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que o IRS era mais uma receita que ao tempo, o senhor Ministro António Costa, tinha proposto e promovido na Lei das Finanças Locais que aquele imposto ou receita fosse uma receita adicional às receitas que os municípios podiam arrecadar. Disse que atualmente não era fácil, e o exercício da elaboração do Orçamento era difícil para qualquer Presidente de Câmara Municipal, conseguir reduzir às suas receitas de impostos. O FEF tem vindo a sofrer uma redução nos últimos anos na ordem dos 6% e o IMT, por força da crise económica tem sido reduzido de uma forma assustadora, portanto se os municípios não aproveitarem e angariarem as receitas que a Lei punham ao seu dispor deparavam-se com muitas dificuldades, para acudirem a questões de promoção e resolução de problemas sociais, nas refeições das cantinas das escolas, nos protocolos de colaboração com as juntas de freguesia. -----



Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

-----Disse que era difícil naquele tempo, propor aquela redução e devolução de IRS quando as receitas eram muito escassas, e por ter consciência das dificuldades, o grupo municipal da Coligação "Penafiel Quer", sabiam que a angariação as receitas que o Executivo fizer ia aplica-lo da melhor forma. Acreditavam no bom senso e na justeza das propostas da Câmara Municipal e por isso iam rejeitar aquela proposta. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Perguntou se o senhor deputado Carlos Pinto sabia de quanto valia a proposta apresentada de redução do IRS. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que o montante referido era de uma centena de milhões de euros. Portanto a proposta do Executivo era uma opção política porque ali se discutia também, opção de gestão da Câmara Municipal tinha legitimidade em optar e, a opção que tinha feito foi aproveitar as receitas que tinha ao seu dispor e aloca-las e utiliza-las nas questões sociais que tinha importância para os penafidelenses. -----

-----Posta à votação, a proposta subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista foi a mesma rejeitada com 32 votos contra e 19 a favor e uma abstenção. -----

-----Declaração de voto do senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Recezinhos: Disse que nunca tinha pensado em se sentir tão confortável no seu lugar de independente, porque tinha acabado de verificar que das duas propostas anteriores tinha existido uma incoerência dos senhores deputados. Explicou que a primeira recomendação visava uma transferência para as juntas de freguesia, transferência essa que só podia acontecer se a Câmara Municipal tivesse as receitas suficientes para tal. Verificou que tinha havido incoerência na votação a favor dessa transferência e agora também a favor na votação de redução de recursos para a Câmara Municipal. Disse que se existisse a inversão das votações, provavelmente, não tendo a Câmara mais receita e tendo as Juntas mais receitas podiam assim ajudar os mais desfavorecidos das suas freguesias. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra sobre a moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU "*Proposta de Orçamento de Estado para 2014*", ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, as propostas subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista foi a mesma rejeitada com 31 votos contra e 14 a favor e 7 abstenções. -----

-----Declaração de voto do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Disse que tinha sido visado na referida moção e por esse facto tinha-se abtido. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra sobre a moção subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" "*Execução da empreitada designada EN - Beneficiação entre Paredes e a EN 106*", inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Agostinho Gonçalves: Disse que aquela era uma moção oportuna e atual. Todos verificavam uma intensidade de trafego muito intenso, quer para o hospital, quer para a zona industrial n.º 1, quer para o acesso às escolas, quer para a saída da A4, e perguntou se estava previsto

Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

no projeto uma outra faixa de rodagem, caso não estivesse prevista se ainda iam a tempo de pugnar para a construção de uma outra faixa de rodagem dada a quantidade e qualidade de trafego existente.---

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Esclareceu que a moção apontava no sentido da existência de uma dupla faixa de rodagem a partir da saída da A4.-----

-----Posta à votação, a moção subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" foi aprovada por unanimidade.-----

-----Posto à votação, o voto de pesar e os votos de louvor foram subscritos por todos os grupos municipais e foram aprovados por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em memória dos insignes cidadãos.-----

-----**1.º Ponto – Discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 26.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Informou que os líderes dos Grupos Municipais tinham entendido adiar a votação e discussão deste ponto para a próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- O senhor deputado Macedo: Disse que o Despacho n.º 9265-B/2013 aplicava-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcionavam a educação pré -escolar e o 1.º ciclo do ensino básico e definia as normas a observar no período de funcionamento dos respetivos estabelecimentos, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC). A implementação das Aec`s foi uma medida construída e efetuada pelo Partido Socialista, promovendo a igualdade de oportunidades de acesso a todas as crianças de atividades de cariz lúdico, dotando-as ao mesmo tempo de competências, nomeadamente no que concerne à aprendizagem da Língua Inglesa e da música. Lamentava referir que com aquele despacho fosse reduzida essa oferta e até o Ensino do Inglês seria uma das atividades que O MEC já tentou acabar, adulterando e alterando de uma maneira drástica o conceito da escola Pública. Contudo o que vinha ali referir tinha a ver com a oferta de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, de 94 Professores para lecionar Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) – 31 para Atividade Física e Desportiva, 32 para Inglês e 31 para o Ensino da Música e/ou Expressão Musical, com horários de 6 horas semanais. Assinada pela srª A Vereadora com competências delegadas, Dr.ª Susana Paula Barbosa Oliveira, datada de 04 de outubro de 2013.-----



-----Referiu que a *oferta de trabalho* acima descrito incorporava de critérios, a aplicar na Avaliação curricular, de duvidosa legalidade acrescentando-se ainda o peso excessivo (quase 50%) em alguns itens que passou a enumerar: -----

----- - *Experiência Profissional em AEC's, no Município de Penafiel, sem interrupções, contado até ao final do ano letivo de 2012/2013, até ao máximo de 45 pontos:*-----

- *Em caso de igualdade na graduação, a ordenação dos candidatos respeita a seguinte ordem de preferências:* -----

1.^a - *Candidatos que lecionaram A.E.C's no Município de Penafiel.* -----

Este critério foi abolido das contratações de escola por ser discricionário e não salvaguardar a igualdade de tratamento a todos os candidatos. Aliás, afronta grosseiramente o que é preconizado na referida Oferta no ponto 16 – que diz "Em cumprimento da alínea h) do artº9º, da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação";

Mas mais grave ainda, é que depois de ter sido feita a seleção na Atividade Física e Desportiva, se tenha "afastado" concorrentes (2) e se tenha contratado outros em lugares posicionados inferiormente.

Falo de uma situação conhecida do Executivo. -----

-----Como é que a candidata posicionada no 34º lugar, é ultrapassada pelos candidatos posicionados no 35º e no 37º lugares?-----

-----Como é que a candidata posicionada no 36º lugar, é ultrapassada pela candidata posicionada no 37º lugar?-----

-----Questionou o senhor Presidente, como responsável mor do processo, como é que permitiu que semelhante atentado à Lei fosse feito. -----

-----Essa situação criava constrangimentos de ordem vária à candidata prejudicada. Não era só a verba que poderia ganhar que estava em causa. Era o tempo de serviço que não teria e que a prejudicaria em futuros concursos, quer para esta atividade, quer para lecionação. -----

-----Face ao exposto pergunto o que é que o senhor Presidente pensava fazer para compensar a visada da injustiça a que tinha sido sujeita?-----

-----Relativamente às AEC's, perguntou se senhor Presidente pensava atribuir horas aos docentes contratados, para integrarem as reuniões de avaliação no 1º CEB. -----

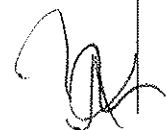
----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: Saudou ao senhor Presidente Assembleia Municipal e respetiva mesa e a todos os senhores deputados e a todos desejou a maiores venturas naquele desafio aliciante que era integrar aquele que era por excelência o órgão máximo do município de Penafiel. -----

Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

-----Relativamente ao aumento do saneamento, disse que de facto o tarifário que a Câmara tinha aprovado por proposta da Penafiel Verde EM, não previa nenhum aumento nas tarifas da água. Previa efetivamente um aumento no tarifário do saneamento, e esse aumento devia-se sobretudo, porque havia um défice muito significativo no que dizia respeito ao tarifário do saneamento. A Penafiel Verde EM, tem estado com um plano de investimento intenso e muito forte na área do saneamento e necessitava de fazer esse acerto ao nível do tarifário. Esse acerto no tarifário recorria de uma recomendação que a ERSAR tinha feito chegar à empresa municipal. Também tinham sido aprovados dois tarifários novos que entendiam que era muito importante nos tempos difíceis que o país e o concelho estavam a viver. Aprovaram uma e tarifa especial para as famílias numerosas, que era claramente mais favorável, exatamente igual para as famílias com três filhos ou mais, passariam a ter um tarifário social. Uma inovação absoluta era de se ter criado um tarifário para agregados alargados, que eram aqueles agregados que fruto das circunstâncias que o país vivia levavam que algumas famílias tivessem a tirar os seus ascendentes em segundo grau, para fazer face a dois problemas reais que cada vez mais se faziam sentir, a quebra na natalidade, problema muito grave que o país estava a viver e a circunstância fática de cada vez mais as famílias terem de acolher os seus ascendentes por força das situações de dificuldade financeira. Para haver equilíbrio no tarifário tiveram que fazer um aumento na tarifa do saneamento, mas muito mais relevante do que esse aumento era sublinhar a criação desses dois tarifários novos é que visavam atender a problemas reais das famílias do concelho de Penafiel. -----

-----Relativamente ao canil, disse que de facto tinha havido um mal-entendido no âmbito de uma ação de apanha de cães vadios e na sequência dessa situação gerou-se algum ruído em torno dessa questão. Que ficasse claro, que quem organizava as questões relativas à apanha dos animais vadios era da competência do veterinário municipal, que tinha a autonomia para esse desempenho. Por outro lado, disse que tem sido prática da Câmara Municipal tratar dos animais de acordo com as melhores regras e práticas sobre essa matéria. A senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, que tutelava essa área, num curto espaço de tempo, tinha já desenvolvido uma série de medidas para melhorar a situação e as condições de acolhimento do próprio centro de acolhimento municipal- canil, assim como para poder potenciar melhores condições para a prática da adoção dos animais que eram recolhidos no centro de acolhimento municipal. Num espaço curto de tempo, mais de duas dezenas de animais tinha sido já adotados por penafidelenses que gostavam de animais e queria ser parceiros da Câmara Municipal naquele desempenho. -----

-----Quanto à questão do estacionamento no hospital, disse que na parte final do mandato da anterior administração do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, tinha sido concessionado o estacionamento no interior do hospital, a Câmara Municipal que é proprietária de um terreno nas imediações tinha vedado e criado condições para que pudesse servir de parque de estacionamento gratuito, para que dessa forma ajudar a minorar o problema. Concordava que o tarifário era elevado e iam naturalmente, continuar a



Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

sensibilizar a administração do hospital, existia um contrato em vigor, mas na medida do possível, procurar criar melhores condições de estacionamento, sobretudo tornando os tarifários mais acessíveis aos utentes do centro hospitalar. -----

-----Deu nota que o próximo Orçamento de Estado, no que dizia respeito às transferências para os municípios era de continuidade de restrições. O município de Penafiel não era exceção a essa regra também ia sentir um corte de cerca de 600 mil euros no próximo ano, era cerca de 50 mil euros por mês nas receitas do município de Penafiel, mas ainda assim, o município de Penafiel, era na região do Vale do Sousa aquele que proporcionalmente aquele que menos cortes sofreu e isso devia-se às melhores condições dentro das condições que tinham sido definidas pelo Governo para o efeito. Era claro que estavam todos de acordo quanto à dificuldade e aos constrangimentos que esses cortes traziam e também estavam todos de acordo com o lamento que partilhavam quanto às medidas de austeridade. Mas também estavam todos de acordo no lamento daquilo que tinha acontecido no passado, nas políticas que no passado a que deram origem a que hoje o país vivesse naquela situação de pedinte e todos lamentavam que tivesse sido necessário pedir ajuda externa para fazer face às suas obrigações internas mais básicas. -----

-----Quanto à EN 106, relativamente à sinistralidade, à falta de condições de segurança e à necessidade da construção do IC 35, disse que aquilo a esse propósito a Câmara Municipal assumia era que ia continuar a colocar todo o seu empenho na sensibilização ao Governo, à Assembleia da República, às Estradas de Portugal para que essa questão pudesse de uma vez por todas avançar. Todos sabiam a situação em que o país se encontrava e o que tem acontecido aos investimentos rodoviários. Portanto, ninguém de um momento para podia querer que a situação se altera-se e que fosse já avançar a obra do IC 35. Sabiam todos que havia uma situação de grande constrangimento, que as infraestruturas rodoviárias tinham sido suspensas e não podiam ter essa ilusão. Estavam a fazer todo o que estava ao alcance para tentar, fazer as diligências necessárias para tentar que o processo avança-se mas com a consciência que essa situação era difícil e complexa. Nesta fase iam fazer aquilo que sabiam quem dependia autarquia, o que não dependia de terceiros, que era melhorar as condições de segurança na EN 106 e por isso o PPI para o próximo ano previa várias intervenções que tinham como objetivo a intervenção de passeios em diversos locais dessa via e também a construção de rotundas que visavam atenuar a velocidade e criar melhores condições de circulação. -----

-----Disse que as obras de saneamento eram obras que causavam sempre algum transtorno nas vias públicas, mas ficavam muitos satisfeitos por verem as obras de saneamento avançar. Isso era o mais importante e de enaltecer ver o volume de obra que continuava a decorrer nesse domínio tão importante como era o saneamento e que permitia ter as taxas de cobertura que os orgulhava a todos enquanto penafidenses, o resto eram questões que obviamente tinham que ser melhoradas e tinham que



Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

encontrar mecanismos no âmbito da fiscalização e impor mecanismos aos empreiteiros que executavam as obras que as fizessem de acordo com as boas práticas e como era o seu dever. -----

----- Relativamente ao quiosque do Sameiro, disse que de facto já devia estar a funcionar o novo e demolido o velho. Acontecia que a exploração que esta a ser feita no quiosque que ia ser demolido não estava assente numa concessão, mas sim num direito precário de utilização do espaço público que já se arrastava desde 1977, que depois tinha sido feito um averbamento a favor de um outro explorador, na altura com despacho do senhor Presidente Agostinho Gonçalves, e depois, mais tarde outro novo averbamento com despacho do então senhor Presidente Alberto Santos. E assim continuaria certamente se não tivesse havido, agora, o interesse público a exigir a desocupação e a cessação desse mesmo direito por via da intervenção na via pública. Nessa circunstancia teve que se abrir um novo concurso para a exploração do quiosque novo, a abertura de concurso tinha sido aprovada por deliberação na última reunião da Câmara Municipal, agora, de acordo com a tramitação normal do processo aguardar que voltasse a funcionar o quiosque no Sameiro, tradição com 40 anos. -----

----- Quanto ao acesso à A4, era uma situação preocupante pelo número elevado de acidentes que lá ocorrem, sabiam que essa questão esteve quase resolvida no âmbito do projeto para a instalação de grande zona comercial e que previa, naquele local uma rotunda e uma solução rodoviária para todo aquele espaço, mas infelizmente as circunstâncias económicas e financeiras do país levaram com que esse processo não tivesse avançado e também essa solução acabou por ficar condicionada. Agora tinham que procurar trabalhar no sentido de encontrar outras soluções porque de facto era uma das vergonhas do ponto de vista da sinistralidade e um dos pontos negros do concelho e queriam ver o quanto antes resolvido. -----

----- A questão da iluminação pública, o que acontecia era que tinham sido feitos desligamentos de luminárias de forma alternada mas deixa de ser alternada quando uma luminária fundia. Se até aqui, com todas as luminárias a funcionar, quando fundia uma pelo meio não havia tanto impacto, agora como eram alternadas bastava para que ficasse um vazio mais alargado. -----

----- Quanto ao horário da iluminação, disse que a iluminação pública funcionava de acordo com uns relógios astronómicos, utilizado pela EDP, que estava colocado na maior parte dos IP's da região e que ia funcionando de acordo com o evoluir dos horários, o horário de inverno com um período noturno mais amplo e o horário de verão com um período mais curto. Disse que as autarquias não tinham intervenção nesse domínio. -----

----- Relativamente às AEC's, disse que o concurso e os critérios estabelecidos nesse mesmo concurso eram idênticos aos do ano anterior. Todo o processo cumpriu rigorosamente o que a Lei determinava, reuniram com todos os agrupamentos de escolas, para que os mesmos aprovassem o município como promotor. Depois esses mesmos agrupamentos aprovaram as áreas de atividade e por fim os mesmos agrupamentos em conselho pedagógico e em conselho geral aprovaram as flexibilizações,



Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

que apesar de tudo, ter esses horários que tinham disponíveis. Questões concretas, não sabia explicar e disse que se algum concorrente se sentia lesado, a Lei previa mecanismos para reclamar e para depois a consequência que a Lei determinar se fazer sentir. Não era a Assembleia Municipal o órgão próprio para se falar de um concurso de recrutamento de 92 profissionais na área das AEC. Os senhores Vereadores do PS, tinha já solicitado, através de requerimento, à Câmara Municipal o processo para o poderem analisar convenientemente. -----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que ficava surpreendido com a forma que o senhor Presidente da Câmara se dirigia ali à Câmara, porque tinha referido a palavra ilusão e achava que a palavra correta era o sonho. E era sonho que todos tinham direito a poder concretizar, que era ter melhores acessos e melhores rodovias no município de Penafiel. Referiu que o senhor Presidente aparecia derrotado quando dizia que as circunstâncias do país não lhe permitia que exigisse mais obra para o município de Penafiel, não permitia que pusessem terno a uma situação que tinha que ver com a EN 106. Achava que o senhor Presidente por vezes se esquecia que era Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, município com muita história e muita importância no país e que se devia valer desse facto. O senhor Presidente aparecia ali, derrotado e cabisbaixo incapaz de exigir aquilo que o município de Penafiel há muitos anos exigia. Cabia ao senhor Presidente exigir para o município de Penafiel essas obras que os penafidelenses há muito que esperavam. Esperava do senhor Presidente da Câmara se levantasse contra o Governo, que falasse e exigisse mais para o município de Penafiel porque também já o tinha feito no passado quando o PS estava no poder. O senhor Presidente, à data, também sabia falar e o que pediam era que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel falasse em nome de todos os penafidelenses exigindo mais investimento para o Município de Penafiel. -----

----- Disse que não tinha entendido e gostava de obter esclarecimentos sobre o conceito de tarifas da água com natalidade. O senhor Presidente tinha dito que tinha duas tarifas novas da água e com isso estava a favorecer a natalidade. Gostava que o senhor Presidente explicasse melhor esse conceito. -----

----- — O senhor deputado Salgueiro Macedo: Disse que não tinha colocado em causa o processo que tinha levado à implementação das AEC's, o que tinha colocado em causa tinha sido o concurso que não era transparente. Eram factos, a 34 concorrente era preterida em relação à 35 e o 36 era preterida em relação ao 37. -----

— O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que depois de ouvir o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel era preocupante o seu conformismo sobre o IC 35 e o problema que se passava com os acidentes constantes na EN 106. -----

----- Sobre as obras de saneamento e o estado em que ficavam as vias depois da intervenção, disse que todas municipais tinham uma fiscalização e era importante que esses técnicos que fiscalizavam fossem chamados à responsabilidade. -----



Ata Sessão Ordinária 20-12-2013

-----Relativamente à moção sobre o Orçamento de Estado para 2014, apresentada pela CDU, disse que a maioria que apoiava o senhor Presidente e tinha votado contra, mas agora as explicações que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel tinha dado a esta Assembleia era de preocupação. Ou seja, o que tinha dito era que, reconhecia que situação do país com o OE apresentado era muito má. Por um lado a CDU tinha apresentado uma moção onde referia as preocupações relativamente ao Orçamento Geral do Estado e dos problemas económicos que iam trazer a todas as pessoas do país, que já viviam em extrema dificuldade, mas na prática o que se verificava era que a bancada municipal que apoiava A Coligação, estava a favor do OE que tantos prejuízos vinha trazer à população de Penafiel. -----

-----Alertou para o facto de que havia pessoas a dormir na rua em Penafiel, e que ultimamente se tinha vindo a acentuar. Pediu que fosse pensada alguma solução que pudesse ser feita para ajudar aquelas pessoas. -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que a explicação que o senhor Presidente tinha dado relativamente à EN 106, reverteu muito para a construção de uma alternativa para minorar os seus problemas. Havia no PPI, no Carvalheiro, na freguesia de Galegos prevista uma rotunda e pela justificação do senhor Presidente, tinha percebido que estava previsto a construção de passeios nas zonas urbanas no trajeto de Penafiel/Entre-os-Rios. Na sequência desse esclarecimento por parte do senhor Presidente, perguntou se junto à saída da A4, onde havia mais ao menos 20m sem passeios, se estava prevista também a construção dos referidos passeios nesse troço. -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Disse que senhor Presidente da Câmara não tinha sido muito feliz quando tinha dito que a situação atual de Portugal era aflitiva e viviam na situação de pedintes. Disse que tinha ficado incomodado com aquelas palavras, porque já estava a pagar os problemas do dia-a-dia do erro passado do qual sentia culpa em não ser um cidadão que tem voto em quem o governava e de certa maneira não governava de acordo com as suas preocupações. Sabia que têm ido buscar dinheiro fora, mas não numa situação de pedinte mas sim de devedores. Porque um pedinte era alguém a quem se dava uma esmola o que não era o caso, porque ninguém estava a ser objeto de uma esmola ou de uma dívida de alguém que era mais rico do que Portugal que vinha acudir. Todos sabiam que cada euro que iam buscar fora, estavam a pagar por volta de 7% de juros. Se os governantes municipais tiverem essa ideia de pedintes e os governantes do país também, queria-os o mais rapidamente possível fora do poder. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que não se podia confundir realismo com conformismo. Não tinha dito que se conformava com a circunstância mas sim que tinha perfeita noção da circunstância que estavam a viver. Perguntou ao senhor deputado Nuno Araújo, porque é que não tinha ele *levantado a voz* quando tinha estado na Assembleia da República com deputado. Disse que não iam entrar em folclore, iam fazer aquilo que tinha que ser feito, no sítio certo e de acordo com as melhores práticas para sensibilizarem quem de direito para o efeito. -----

